

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'O15', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não é na ciência que está a felicidade,
mas na aquisição da ciência.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Musa natalina

O ano, propriamente, se compõe de onze meses. Dezembro não conta: é só para desejar que os restantes sejam propícios. Parece que o sistema está longe da perfeição; chegaríamos a ela num calendário que abrangesse onze meses de bons augúrios e um de execução deles. Como está, os trinta e um dias não chegam para imaginarmos tudo de ótimo em benefício de todo mundo. Fica sempre uma fração larga de mundo a que não atingem os nossos desejos fraternos. China, Costa do Ouro, Oceania...

Mas não é preciso ir tão longe. Mesmo perto de nós, mesmo dentro de nós, as lembranças costumam esquivar-se à apresentação espontânea, e até à convocação formal. Julgamos ter no coração um canteiro de afetos; contudo, uma grande área nele permanece inculta e cheia de ervas, não direi daninhas, mas ervas. O que admira não é a quantidade de pessoas a quem dedicamos um pensamento amigo, mas a multidão, o número realmente infinito, de outras em cuja existência nem sequer reparamos.

Foi para suavizar as lacunas da memória sentimental que se inventaram mensagens de boas-festas. Contudo, seria desejável que as saudações de Natal oferecessem maior variedade, ou pelo menos exprimissem anseios mais concretos, definindo a situação particular de cada classe ou componente dela, e não apenas um vago ideal de felicidade. Penso que cada homem tem direito de pedir bem determinada coisa a seu semelhante.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. **Fala, amendoeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 86-87)

1. Motivado pela *musa natalina*, o autor do texto avalia que
 - (A) as mensagens de fim de ano costumam exprimir um ideal de felicidade que diz respeito tão somente àquele que as emite.
 - (B) o mês de dezembro é impróprio para comemorar a contento as festas natalinas e formular bons augúrios.
 - (C) os onze meses que compõem o ano mostram-se suficientes para a execução dos nossos melhores propósitos.
 - (D) nossos intentos mais fraternos se mostram vivos por contemplarem uma parte considerável e esquecida da humanidade.
 - (E) o sentido das mensagens usuais de boas-festas esvazia-se por desconsiderar a variedade das pessoas em suas situações.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *situação particular de cada classe* (3º parágrafo) = condição irrestrita de uma categoria
 - (B) *que os restantes sejam propícios* (1º parágrafo) = que os derradeiros se aprimorem
 - (C) *esquivar-se à apresentação espontânea* (2º parágrafo) = mover-se à convocação avulsa
 - (D) *suavizar as lacunas da memória* (3º parágrafo) = amenizar os hiatos da recordação
 - (E) *exprimissem anseios mais concretos* (3º parágrafo) = realçassem intentos ponderáveis

3. Uma nova redação da frase *Fica sempre uma fração larga de mundo a que não atingem os nossos desejos fraternos* mostra-se correta e coerente com o sentido original na seguinte formulação: *Nossos desejos fraternos*
 - (A) *ignoram sempre a largueza da fração de mundo que pretendiam atender.*
 - (B) *não alcançam sempre senão à uma parte menor da largueza do mundo.*
 - (C) *deixam sempre de contemplar uma parcela considerável de mundo.*
 - (D) *se esquivam da maior porção de mundo cujo intento era de atingir.*
 - (E) *jamais cumprem seu objetivo de culminar em boa seção de mundo.*

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - (A) São de se imaginar que esses cartões de natal transmitam os votos mais sinceros?
 - (B) A execução de todos os nossos desejos caberia aos dias que dezembro faz correr.
 - (C) Dispõe-se no canteiro que há dentro de nós alguns afetos junto a ervas ingratas.
 - (D) Não se podem pretender que os cartões de natal exprimam desejos mais objetivos.
 - (E) A quais desejos sinceros se poderiam dar forma em cartões tão convencionais?



5. A frase **Há uma grande quantidade de pessoas em cuja existência sequer reparamos** continuará gramaticalmente correta caso se substitua o elemento sublinhado por:
- (A) para cujos méritos não atentamos.
 - (B) de cujo valor jamais damos crédito.
 - (C) à quem não dedicamos atenção.
 - (D) por cuja importância não nos damos conta.
 - (E) onde não discriminamos virtudes próprias.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

A “paz da descrença”

Em antiga entrevista, Millôr Fernandes – um supremo humorista do nosso país – contou uma passagem decisiva de sua história.

“Meu pai morreu quando eu tinha 1 ano. Minha mãe quando eu tinha 9 anos. Eu fui ao enterro, não me lembra mais a sensação. Foi aquele momento que você nem percebe muito bem o que está acontecendo. Mas aí eu voltei pra uma casa em que eu estava morando [...], de um tio pobre, funcionário público, e eu me meti então embaixo da cama [...] e aí eu chorei feito um desesperado, não tinha pai, não tinha mais ninguém, eu vivia emprestado numa casa, entende? De repente me veio uma tranquilidade depois de eu chorar não sei quanto tempo, ninguém viu isso, e veio um sentimento que mais tarde eu defini como “a paz da descrença”. A descrença me trouxe uma paz absoluta. O sentimento meu a partir daí, e depois definitivamente concretizado, é que “sou eu e o destino, não tem nenhum intermediário”, “não há interface”.

Assumindo-se como sujeito efetivo de sua história, Millôr salvou-se do afogamento mortal puxando-se pelos próprios cabelos. A partir daí, se afirmou como escritor, tradutor e como um dos analistas e intérpretes mais críticos deste país. A ‘paz da descrença’, paradoxalmente, aguçou sua lucidez inconformada e aquele seu humor implacável que põe a nu as encenações políticas e nossas hipocrisias pessoais. Lucidez, crítica e humor constituem, como se sabe, uma combinação fulminante.

(Vicente Rui Caldeira, a publicar)

6. Em seu relato, Millôr Fernandes se vale da expressão “a paz da descrença”, à qual ele chegou
- (A) poupando-se de qualquer esforço para atingir uma paz verdadeira.
 - (B) em meio ao processo de um luto que jamais aceitaria superar.
 - (C) desgarrando-se dos conflitos de quem não aceita o destino.
 - (D) como arremate da convicção trágica de que a vida nada vale.
 - (E) por meio de uma nova fé que abraçou com fervor místico.
7. No terceiro parágrafo do texto, o termo *paradoxalmente* se deve ao fato de que, no caso de Millôr Fernandes,
- (A) a crítica e a lucidez refutam sua alegada paz de espírito.
 - (B) a paz de espírito faz parceria com a lucidez mais convicta.
 - (C) o humor e a lucidez encontram um modo de se conciliarem.
 - (D) suas encenações políticas contrastam com nossas hipocrisias.
 - (E) a descrença assumida intensifica sua lucidez combativa.

8. Considere as seguintes orações:

- I. O menino perdeu seus pais.
- II. A perda dos pais desesperou o menino.
- III. O menino encontrou a paz da descrença.

Essas orações articulam-se com clareza, correção e coerência no seguinte período único:

- (A) A paz da descrença foi assumida pelo menino que se desesperara com a perda dos pais.
- (B) Porquanto encontrasse a paz da descrença, o menino se desesperou com a perda dos pais.
- (C) A perda dos pais levou o menino ao desespero característico da paz da descrença.
- (D) Conquanto se haja desesperado, o menino obteve a paz na descrença da perda dos pais.
- (E) Embora perdesse os pais, o menino se desesperou até que achasse a paz da descrença.

9. Constitui um recurso expressivo de linguagem figurada o uso da expressão
- (A) *depois de eu chorar não sei quanto tempo.*
 - (B) *um supremo humorista do nosso país.*
 - (C) *não me lembra mais a sensação.*
 - (D) *puxando-se pelos próprios cabelos.*
 - (E) *um dos analistas e intérpretes mais críticos.*



10. Está absolutamente correta a redação da seguinte frase:

- (A) Ao desespero seguiu-se a paz cuja descrença o menino se aproveitou para seguir sua vida.
- (B) Ao dizer que “não tem nenhum intermediário”, Millôr acentua o caráter de sua plena solidão.
- (C) “Não há interface” é a convicção de cuja o menino Millôr assume ao perder os pais.
- (D) Ao se deparar, com a morte dos pais, o menino entrevistou em seu próprio destino.
- (E) Lucidez, humor e crítica são ingredientes onde raramente conseguem conciliar-se.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Numa eleição em que concorreram quatro candidatos e que contou com 963 votantes, o candidato vencedor teve 53 votos a mais do que o segundo classificado, 79 votos a mais do que o terceiro e 105 votos a mais do que o quarto classificado. A soma do número de votos do vencedor com o número de votos do perdedor é

- (A) 468
- (B) 495
- (C) 547
- (D) 300
- (E) 416

12. O número de solicitações mensais feitas no primeiro semestre ao departamento de Recursos Humanos foram 32, 27, 36, 42, 32 e 53.

Com base nessas informações, podemos corretamente afirmar que:

- (A) A moda desse conjunto é 32 e a média é 41.
- (B) A moda desse conjunto é 32 e é maior do que a média.
- (C) A moda desse conjunto é 54 e é menor do que a média.
- (D) A moda desse conjunto é 32 e a média é 37.
- (E) A moda desse conjunto é 41 e a média é 38.

13. Na assembleia geral de um clube estavam presentes 60% dos associados. Uma proposta da diretoria foi aprovada por 55% dos presentes. Em relação ao total de associados, o número de votos favoráveis à proposta da diretoria corresponde a

- (A) 59% do total de associados.
- (B) 33% do total de associados.
- (C) 36% do total de associados.
- (D) 45% do total de associados.
- (E) 47% do total de associados.

14. Em um congresso com 384 participantes presentes verificou-se que $\frac{1}{4}$ dos presentes tomavam café só com açúcar, $\frac{5}{8}$ dos presentes tomavam café com açúcar e leite, e $\frac{1}{16}$ dos presentes tomavam café só com leite. O número dos demais congressistas presentes que tomavam café “puro”, sem açúcar e sem leite, é

- (A) 56
- (B) 42
- (C) 32
- (D) 40
- (E) 24

15. Maria, Ivo e Pedro escolheram, para cada um, dois sabores diferentes de sorvete. As seis escolhas foram: Ameixa, Açai, Baunilha, Chocolate, Creme e Menta. Um dos rapazes foi o único dentre os três que escolheu dois sabores cujos nomes começam com a mesma letra; Maria escolheu Ameixa, mas não escolheu Menta. Ivo escolheu Chocolate como um dos sabores. Pode-se afirmar corretamente que

- (A) Pedro escolheu Baunilha.
- (B) Ivo escolheu Açai.
- (C) Maria escolheu Creme.
- (D) Pedro escolheu Menta.
- (E) Maria escolheu Açai.

**Legislação**

16. Ao disciplinar o provimento de cargos públicos, a Lei nº 8.112/1990 estabelece que
- (A) a transferência é uma das formas de provimento do cargo público.
 - (B) devem ser reservadas às pessoas portadoras de deficiência até 15% (quinze por cento) das vagas oferecidas no concurso público.
 - (C) a investidura em cargo público se perfaz com o ato de nomeação.
 - (D) o provimento de cargo público de brasileiro naturalizado far-se-á exclusivamente mediante ato administrativo de competência privativa do chefe do Poder Executivo.
 - (E) a investidura em cargo público exige a idade mínima de 18 (dezoito) anos.
-
17. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, o quórum mínimo para efeito de funcionamento
- (A) da Subseção de Dissídios Individuais Reunidas é de 5 (cinco) Desembargadores ou juízes convocados.
 - (B) da Subseção de Uniformização de Jurisprudência é de 5 (cinco) Desembargadores.
 - (C) das Subseções de Dissídios Individuais é de 9 (nove) Desembargadores ou juízes convocados.
 - (D) do Órgão Especial é de 9 (nove) Desembargadores.
 - (E) da Subseção de Dissídios Coletivos é de 5 (cinco) Desembargadores.
-
18. Quanto ao processo administrativo e judicial para apuração de ato de improbidade administrativa, estabelece a Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021:
- (A) Na ação de improbidade administrativa, quando da instrução processual, deverá ser observada a imposição do ônus da prova ao réu, como estabelecido no Código de Processo Civil.
 - (B) Na ação por improbidade administrativa, poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens do réu, sendo vedada, em qualquer hipótese, a decretação de indisponibilidade do bem de família e de valores depositados em caderneta de poupança.
 - (C) Somente a pessoa física ou jurídica, vítima de ato de improbidade, poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar sua prática.
 - (D) Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos, observadas as normas do Código de Processo Penal.
 - (E) O juiz poderá autorizar o parcelamento, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais corrigidas monetariamente, do débito resultante de condenação pela prática de improbidade administrativa se o réu demonstrar incapacidade financeira de saldá-lo de imediato.
-
19. De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é assegurada a plena capacidade civil da pessoa com deficiência, inclusive para
- I. exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária, bem como para casar-se e constituir união estável.
 - II. exercer direitos sexuais e reprodutivos, ressalvada situação de risco à sua integridade física ou psicológica, em que se admite esterilização compulsória, mediante prévia determinação judicial.
 - III. exercer o direito à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo vedado, contudo, exercer guarda, tutela ou curatela.
 - IV. exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I, II e III.
-
20. O Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, ao cuidar do plantão, estabelece que
- (A) ficará à disposição do Juiz ou Desembargador, durante todo o período de plantão, um Oficial de Justiça.
 - (B) o Desembargador plantonista ficará vinculado ao processo em que atuou, devendo os autos ser encaminhados ao seu gabinete com urgência.
 - (C) as atividades do plantão do Tribunal, no período do recesso judiciário, serão exercidas por Desembargador integrante do Órgão Especial, em sistema de rodízio e observando-se a ordem decrescente de antiguidade.
 - (D) o Desembargador plantonista permanecerá no prédio sede do Tribunal durante o horário de funcionamento, sendo vedado o atendimento em domicílio.
 - (E) durante o plantão, serão apreciados os pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores, bem como a liberação de bens apreendidos, com o objetivo de evitar perecimento de direito.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. De acordo com o que estabelece o ordenamento jurídico acerca do sistema de controle de constitucionalidade,
- (A) confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional não possuem legitimidade para a propositura de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - (B) não cabe, no âmbito da Ação Declaratória de Constitucionalidade, a concessão de medida cautelar.
 - (C) tanto a Ação Direta de Inconstitucionalidade como a Ação Declaratória de Constitucionalidade possuem caráter dúplice ou ambivalente.
 - (D) os legitimados para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão são os mesmos para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas não para a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - (E) enquanto a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade não admitem desistência, a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão admite a desistência a qualquer tempo.
-
22. Determinado Deputado Federal teve aprovado um projeto de lei de sua autoria por ambas as casas do Congresso Nacional. Contudo, ao ser submetido ao Presidente da República, o texto foi integralmente vetado. Inconformado, o referido Deputado, com a intenção de derrubar o veto presidencial, procura seus colegas na Câmara dos Deputados. Diante do que dispõe a Constituição Federal acerca do tema,
- (A) uma vez vetado o projeto de lei, ocorrerá o seu arquivamento definitivo, independentemente de qualquer medida a ser tomada pelo parlamentar.
 - (B) a apreciação do veto deverá ocorrer, separadamente, em cada Casa Legislativa, só podendo ser rejeitado pelo voto de dois terços dos membros respectivos.
 - (C) diante do veto da Presidência da República, a matéria tratada no projeto de lei somente poderá ser reapreciada na próxima legislatura.
 - (D) o veto poderá ser rejeitado pelo Congresso Nacional, ocasião em que a lei será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
 - (E) o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
-
23. Lei Orgânica da Procuradoria-Geral de determinado Estado estabelece, em um de seus artigos, que *O Procurador-Geral, o Procurador-Geral Adjunto e os Procuradores do Estado terão carteira funcional expedida consoante modelo definido em Regulamento, válida em todo o território estadual como cédula de identidade e como porte de arma permanente para defesa pessoal, dela constando autorização de trânsito livre*. Segundo o que estabelece a Constituição Federal, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, referida previsão legal é
- (A) constitucional, por versar sobre aspectos atinentes ao regime jurídico de servidores do próprio Estado, inserindo-se na sua capacidade de auto-organização.
 - (B) constitucional, pois a matéria se insere no âmbito da competência delegada da União, versando sobre segurança pública.
 - (C) constitucional, no que se refere ao porte de arma, por se tratar de exercício de competência suplementar do Estado em matéria de competência legislativa concorrente.
 - (D) inconstitucional, no que se refere ao porte de arma, pois afronta a competência privativa da União para legislar sobre materiais bélicos.
 - (E) inconstitucional, por violar a competência da União para legislar sobre normas gerais para a organização das carreiras de advocacia pública.
-
24. Carlos, condenado em regime fechado pela prática de crime, encontra-se preso em uma Penitenciária Federal. Arrepentido de seu crime, solicita ao diretor da penitenciária a autorização para receber a visita de um religioso a fim de proceder à sua confissão religiosa, com o objetivo de obter o perdão divino. Contudo, o pedido é negado pela direção da penitenciária. Diante da situação hipotética acima descrita, à luz do que estabelece a Constituição Federal, a negativa da direção da penitenciária é
- (A) admissível, pois a privação da liberdade se deu em decorrência do devido processo legal, sujeitando-se o apenado à discricionariedade do poder público durante o período de cumprimento da pena.
 - (B) inadmissível, pois a assistência religiosa é um direito garantido pela Constituição Federal nas entidades civis e militares de internação coletiva.
 - (C) admissível, pois a Constituição Federal consagra a laicidade do Estado brasileiro.
 - (D) admissível, pois é vedado ao poder público estabelecer cultos religiosos ou igrejas, ou subvencioná-los.
 - (E) inadmissível, pois eventuais despesas e providências de segurança decorrentes do atendimento ao pleito do custodiado não poderão ser custeadas pelo Poder Público.



25. Nelson, atendendo a um pedido do departamento de recursos humanos da empresa em que estava pleiteando uma vaga de trabalho, dirigiu-se até a repartição pública competente com o objetivo de obter uma certidão negativa de antecedentes criminais, para o processo seletivo de emprego a que estava concorrendo. No entanto, a repartição, sem qualquer esclarecimento, negou o pedido de emissão de certidão. Nelson resolve se aconselhar com um amigo advogado que lhe diz ser cabível, nessa situação, o ajuizamento de
- (A) mandado de segurança.
 - (B) ação popular.
 - (C) mandado de injunção.
 - (D) habeas corpus.
 - (E) *habeas data*.
-
26. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, acerca do Poder Judiciário,
- (A) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão secreta, devendo as disciplinares ser tomadas pelo voto de dois terços de seus membros.
 - (B) é obrigatória a promoção do juiz que figure por cinco vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.
 - (C) o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição exclusivamente na Capital Federal.
 - (D) lei ordinária, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
 - (E) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

Direito Administrativo

27. Considere que o Estado pretenda celebrar um contrato de parceria público-privada, nos termos da Lei nº 11.079/2004, para que o parceiro privado realize obras de melhoria em determinada rodovia, incluindo duplicação de pistas, e também assuma as atividades operacionais e de manutenção, mediante cobrança de pedágio dos usuários. De acordo com a legislação de regência, deverá considerar, entre outros aspectos,
- (A) a inviabilidade de operação da rodovia pelo parceiro privado, já que o contrato de PPP somente admite a realização de obras ou a prestação de serviços, vedada a conjugação de tais escopos.
 - (B) a impossibilidade de cobrança de tarifa dos usuários na modalidade concessão patrocinada, apenas sendo viável na concessão comum em que a exploração do serviço é transferida ao concessionário.
 - (C) a possibilidade de pagamento de contraprestação pecuniária pelo parceiro público, em se tratando de concessão patrocinada, com a necessidade de autorização legal, caso mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado seja paga pela Administração pública.
 - (D) o cabimento de concessão administrativa, tendo o Estado como usuário indireto, responsável pelo pagamento de contraprestação, sendo os usuários diretos apenas aqueles que pagarão tarifa ao parceiro privado.
 - (E) a impossibilidade de pagamento de qualquer contraprestação pecuniária ou aporte de recursos pelo parceiro público antes de finalizada a integralidade dos investimentos a cargo do parceiro privado.
-
28. Suponha que o Estado pretenda atuar diretamente em determinado setor da economia, em regime de competição, mediante a criação de uma nova entidade integrante da Administração indireta. Considerando o regime estabelecido na Constituição Federal, para atingir os fins colimados poderá instituir
- (A) organização social, mediante procedimento de qualificação e subsequente celebração de contrato de gestão, a partir do qual referida entidade do terceiro setor passa a integrar a administração indireta.
 - (B) sociedade de economia mista, mediante prévia autorização legislativa, desde que identificado relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional que justifique a instituição da referida pessoa jurídica de direito privado.
 - (C) empresa pública, criada por lei como expressão de desconcentração administrativa, desde que tal atividade seja considerada serviço público ou de interesse público.
 - (D) autarquia, sujeita a regime privado, à qual poderá ser delegada atividade de titularidade ou interesse do ente instituidor, com base no princípio da especialização.
 - (E) consórcio de direito privado, mediante lei específica, com o qual poderá ser celebrado contrato de concessão para atuação em atividade econômica de interesse público comum.
-
29. Quando determinado ato administrativo discricionário apresenta vício em relação ao motivo consignado pela autoridade para fundamentar sua edição,
- (A) poderá ser revogado com base em novo juízo de conveniência e oportunidade, sendo passível de anulação apenas se constatado motivo contrário à lei ou aos princípios que regem a Administração.
 - (B) constata-se desvio de finalidade passível de controle pelo Poder Judiciário, que poderá sanar o vício mediante provimento jurisdicional para evitar a anulação do ato.
 - (C) poderá ser mantido, pois o motivo corresponde a requisito de forma e não a elemento essencial do ato, de modo que sua inexistência não representa falha que enseje anulação.
 - (D) poderá ser anulado judicialmente com base na Teoria dos Motivos Determinantes, quando verificada a inexistência ou falsidade das razões de fato ou de direito consignadas.
 - (E) somente poderá ser anulado em sede administrativa, com base na autotutela da Administração, vedada a anulação em sede judicial.



30. No que concerne aos poderes inerentes à atuação da Administração pública, tem-se que o poder disciplinar
- (A) não se confunde com o poder hierárquico, eis que somente este último autoriza a aplicação de penalidades no âmbito administrativo que prescindam de provimento judicial.
 - (B) incide apenas em relações de natureza funcional, autorizando a aplicação de sanções administrativas tão somente a servidores e empregados públicos.
 - (C) confere à Administração a prerrogativa de aplicação de sanções a particulares a ela ligados por vínculo de natureza contratual, além das aplicáveis na esfera funcional.
 - (D) autoriza a imposição de limitações a atividades econômicas desempenhadas por particulares, na forma da lei, em prol do interesse da coletividade.
 - (E) é dotado de autoexecutoriedade, autorizando, em situações de risco de lesão ao interesse público, a prática de medidas dotadas de coercibilidade em face dos administrados.
-
31. Suponha que o órgão jurídico de determinado ente público tenha proferido parecer opinando pela legalidade de aditivo contratual, celebrado em função do reconhecimento de obrigação legal do contratante público em reestabelecer a equação econômico financeira original do contrato. Com base em tal aditivo, que previa um determinado fluxo de pagamentos futuros, o particular contraiu financiamento bancário para executar suas obrigações contratuais. Ocorre que o órgão jurídico da entidade alterou seu entendimento geral quanto à aplicação das hipóteses legais que determinam o reequilíbrio, o que levou a entidade a anunciar a intenção de anular todos os aditivos fundados na orientação jurídica superada. O contratado, por seu turno, invocou em seu benefício os preceitos da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (LINDB). Tal invocação mostra-se
- (A) parcialmente cabível, pois, embora não autorize a manutenção de atos ou contratos fundados em orientação jurídica superada, referido diploma determina a adoção de medidas de modulação.
 - (B) descabida, eis que o referido diploma veio justamente alargar a margem de interpretação administrativa *in abstracto*, esta que não deve levar em conta os efeitos concretos em relação ao administrado.
 - (C) impertinente, dado que referido diploma aplica-se às relações envolvendo a Administração pública exclusivamente no que concerne à responsabilização dos agentes em caso de erro grosseiro.
 - (D) cabível, na medida em que o referido diploma veio a limitar a autotutela da Administração apenas a situações que envolvam dolo, vedando a revisão de atos em que o referido elemento subjetivo não esteja presente.
 - (E) pertinente, em tese, eis que referida Lei veda a revisão da validade de ato ou contrato que envolvam situações plenamente constituídas com base em mudança posterior de orientação geral.
-
32. O instituto da decisão coordenada, na forma disciplinada pela Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal, aplica-se a decisões administrativas
- (A) que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades do mesmo Poder, em matéria relevante e cuja discordância prejudique a celeridade do processo, vedada em procedimentos licitatórios e sancionatórios.
 - (B) produzidas de forma conjunta pelo Poder Executivo e Legislativo, em matéria de competência comum, podendo também incluir o Poder Judiciário desde que não se trate de atividade jurisdicional.
 - (C) quando for recomendável uma tomada de decisão única, de forma a excluir a responsabilidade original de cada órgão ou autoridade, especialmente em matéria de alta complexidade.
 - (D) quando se tratar de ato jurídico complexo, cujos efeitos apenas se performam com a confirmação ou ratificação do ato originário por autoridade superior.
 - (E) em se tratando de conselhos ou outros órgãos colegiados em que a decisão é resultado de processo de deliberação coletiva dos integrantes.
-

Direito do Trabalho

33. Platão, descontente na empresa que é empregado, foi chamado pelo seu empregador para uma reunião em que se discutiu a possibilidade de celebração de um acordo para colocarem fim ao contrato de trabalho. Para que Platão pudesse avaliar o acordo, a empresa lhe exibiu um Termo de Rescisão como se a ruptura fosse por iniciativa do empregador, onde constavam as seguintes verbas: aviso prévio indenizado de R\$ 2.500,00; 13º salário proporcional de R\$ 2.000,00; férias proporcionais + 1/3 de R\$ 3.000,00. O saldo do FGTS de Platão para fins rescisórios é de R\$ 4.000,00. Com base na Consolidação das Leis do Trabalho, caso o empregado aceite a rescisão por acordo mútuo com a empresa, fará jus a aviso prévio indenizado de
- (A) R\$ 1.250,00; 13º salário proporcional de R\$ 2.000,00; férias proporcionais + 1/3 de R\$ 3.000,00; indenização sobre o saldo do FGTS no valor de R\$ 1.600,00, podendo levantar até o valor de R\$ 2.000,00 a título de FGTS.
 - (B) R\$ 1.250,00; 13º salário proporcional de R\$ 2.000,00; férias proporcionais + 1/3 de R\$ 3.000,00; indenização sobre o saldo do FGTS no valor de R\$ 800,00, podendo levantar até o valor de R\$ 3.200,00 a título de FGTS.
 - (C) R\$ 2.500,00; 13º salário proporcional de R\$ 1.000,00; férias proporcionais + 1/3 de R\$ 1.500,00; indenização sobre o saldo do FGTS no valor de R\$ 800,00, podendo levantar até o valor de R\$ 4.000,00 a título de FGTS.
 - (D) R\$ 1.250,00; 13º salário proporcional de R\$ 2.000,00; férias proporcionais + 1/3 de R\$ 1.500,00; indenização sobre o saldo do FGTS no valor de R\$ 1.600,00, podendo levantar até o valor de R\$ 3.200,00 a título de FGTS.
 - (E) R\$ 2.000,00; 13º salário proporcional de R\$ 1.000,00; férias proporcionais + 1/3 de R\$ 3.000,00; indenização sobre o saldo do FGTS no valor de R\$ 800,00, podendo levantar até o valor de R\$ 2.400,00 a título de FGTS.



34. Considere as assertivas abaixo a respeito do regime de trabalho em tempo parcial.
- I. por ser uma jornada especial, o regime de trabalho a tempo parcial é incompatível com a prorrogação de jornada.
 - II. a jornada máxima do empregado em regime de trabalho a tempo parcial será de 30 horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou de 26 horas semanais, com a possibilidade de até seis horas suplementares semanais.
 - III. na hipótese de o empregado sob regime de trabalho a tempo parcial realizar horas suplementares, estas poderão ser compensadas no prazo máximo de 30 dias.
 - IV. poderá o empregado sob regime de trabalho a tempo parcial converter até 1/3 das suas férias em abono pecuniário, mediante concordância do empregador.

Com base na Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
 - (B) I.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) II.
-
35. Belarmino é empregado na empresa Flor de Lotus, mediante contrato intermitente. Por ter cumprido o período aquisitivo, no próximo mês o referido empregado poderá gozar de férias. Com base na Consolidação das Leis do Trabalho, nessa situação, o descanso em férias será
- (A) de vinte dias corridos, embora possa ser convocado pelo mesmo empregador para prestar serviços, dada a peculiaridade do contrato intermitente.
 - (B) de um mês, embora possa ser convocado pelo mesmo empregador para prestar serviços, dada a peculiaridade do contrato intermitente.
 - (C) de um mês, não podendo ser convocado pelo mesmo empregador para prestar serviços.
 - (D) vinte dias úteis, embora possa ser convocado pelo mesmo empregador para prestar serviços, dada a peculiaridade do contrato intermitente.
 - (E) proporcional à quantidade de dias trabalhados durante o período aquisitivo, limitada a vinte dias corridos, não podendo ser convocado pelo mesmo empregador para prestar serviços.

-
36. Magnólia é empregada na Construtora Pé Direito Duplo, registrando seus horários em cartão de ponto mecânico. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante ao tempo para marcação do ponto, Magnólia só fará jus a horas extras se houver variações diárias no horário de entrada, a menor em relação ao horário contratual, e a maior em relação ao horário de saída, superiores a
- (A) 8 minutos somados entrada e saída.
 - (B) 5 minutos somados entrada e saída.
 - (C) 11 minutos somados entrada e saída.
 - (D) 10 minutos somados entrada e saída.
 - (E) 15 minutos somados entrada e saída.

-
37. Cícero será empregado registrado em CTPS e por força do exercício da sua função de vendedor na loja de departamentos Tem de Tudo necessitará utilizar uniforme da empresa, consistente em calça preta e camisa branca, vestimentas de uso comum. Nessa situação, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) é do poder diretivo do empregador exigir do empregado a utilização de uniforme da empresa, inclusive com a sua logomarca, bem como de empresas parceiras, mas nesse caso pode exigir uma indenização pelo uso da imagem, cabendo ao empregado a sua higienização, sem ônus ao empregador.
 - (B) é direito do empregador exigir do empregado a utilização de uniforme da empresa, inclusive com a sua logomarca, bem como de empresas parceiras, cabendo ao empregado a sua higienização, sem ônus ao empregador.
 - (C) é lícito ao empregador exigir do empregado a utilização de uniforme da empresa, inclusive com a sua logomarca, bem como de empresas parceiras, mas nesse último caso pode o empregado exigir gratificação especial, cabendo ao empregado a sua higienização, sem ônus ao empregador.
 - (D) deverá haver mútuo acordo entre empregado e empregador para a utilização de uniforme da empresa, inclusive com a sua logomarca, bem como de empresas parceiras, mas nesse último caso pode o empregado exigir gratificação especial, cabendo ao empregador custear a sua higienização.
 - (E) deverá haver mútuo acordo entre empregado e empregador para a utilização de uniforme da empresa, inclusive com a sua logomarca, bem como de empresas parceiras, cabendo ao empregador custear a sua higienização.



38. Epicuro é empregado do Banco Rende Mais e acordou com seu empregador a alteração do regime de trabalho presencial para o teletrabalho. Devido às funções exercidas, referido empregado deverá comparecer à empresa para atividades que devam ser realizadas no seu ambiente físico. Nessa situação, conforme previsão na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) se a presença na empresa ultrapassar 60% da jornada semanal, será descaracterizado o teletrabalho, ainda que para atividades específicas que exijam o comparecimento.
 - (B) será descaracterizado o teletrabalho se o período de labor na sede da empresa ultrapassar a metade da jornada semanal.
 - (C) desde que a presença na empresa, ainda que de modo habitual, se dê para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento, não há descaracterização do regime de teletrabalho.
 - (D) fica comprometido o regime de teletrabalho se o comparecimento na empresa, para quaisquer atividades, ainda aquelas que exijam a presença física, seja superior a 2 horas diárias.
 - (E) é incompatível o regime de teletrabalho com a exigência de comparecimento na empresa para algumas atividades específicas, quando o acordo prevê cumprimento de jornada de trabalho.

39. Considere as assertivas abaixo.

- I. Regulamento interno da empresa prevendo plano de cargos e salários, desde que depositado junto à Delegacia Regional do Trabalho, é fator impeditivo de equiparação salarial.
- II. É passível de multa equivalente até ao limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social a empresa que discriminar em termos salariais dois trabalhadores por motivo de sexo ou etnia.
- III. Para que o empregado possa requerer equiparação salarial com outro trabalhador da mesma empresa, a diferença de tempo de casa de ambos não pode ser superior a 2 anos.
- IV. A equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.

Conforme o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II.
- (E) IV.

40. Considere:

- I. Empresa A é controlada administrativamente pela Empresa B.
- II. Empresa C e Empresa D, autônomas entre si, possuem os mesmos sócios, não atuando de forma conjunta.
- III. Empresa E e Empresa F possuem sócios em comum, atuam comprovadamente com interesse integrado, em conjunto, com efetiva comunhão de interesses.
- IV. Empresa G e Empresa H são dirigidas pela Empresa J.

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, há responsabilidade solidária pelos direitos decorrentes da relação de emprego dos seus empregados APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

41. Vênus é empregada na Clínica Veterinária Bicho Papão e, pela natureza da sua atividade, com frequência costuma trabalhar por diversos dias consecutivos sem repousar. Conforme orienta a jurisprudência dominante do Tribunal Superior do Trabalho, Vênus terá direito a pagamento

- (A) com 50% de acréscimo do repouso semanal remunerado desde que este seja concedido após 6 dias consecutivos de trabalho.
- (B) em dobro do repouso semanal remunerado desde que este seja concedido após 6 dias consecutivos de trabalho.
- (C) em triplo do repouso semanal remunerado desde que este seja concedido após 7 dias consecutivos de trabalho.
- (D) simples do repouso semanal remunerado desde que este seja concedido após 7 dias consecutivos de trabalho.
- (E) em dobro do repouso semanal remunerado desde que este seja concedido após 7 dias consecutivos de trabalho.

**Direito Processual do Trabalho**

42. A Construtora Equilibrium encontra-se em recuperação judicial, e teve contra si uma sentença desfavorável da Justiça do Trabalho, de uma reclamação trabalhista promovida pelo seu empregado Platão. Pretendendo recorrer desta decisão, conforme a CLT, a Construtora poderá interpor recurso ordinário no prazo de
- (A) 8 dias, estando isenta de recolher o depósito recursal, por se tratar de empresa em recuperação judicial.
 - (B) 8 dias, devendo recolher o depósito recursal integral, podendo substituí-lo por seguro garantia judicial.
 - (C) 10 dias, devendo recolher o depósito recursal pela metade, podendo substituí-lo por seguro garantia judicial.
 - (D) 8 dias, devendo recolher o depósito recursal pela metade, não podendo substituí-lo por seguro garantia judicial.
 - (E) 10 dias, estando isenta de recolher o depósito recursal, por se tratar de empresa em recuperação judicial.
-
43. Caio, advogado trabalhista, foi contratado pela empresa aérea AIR JATO para cuidar da execução trabalhista em que figura como executada, decorrente da ação proposta por Ananias. Sabe-se que a execução encontra-se estacionada, após Ananias deixar de cumprir determinação judicial. Nessa situação, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, a prescrição intercorrente poderá ser declarada pelo Juízo,
- (A) independentemente de requerimento de Caio, após decorridos 2 anos do trânsito em julgado da sentença, em qualquer grau de jurisdição, desde que o processo não esteja em sede de Tribunal Superior do Trabalho.
 - (B) independentemente de requerimento de Caio, após decorridos 2 anos do descumprimento da determinação judicial por Ananias, desde que o processo não esteja em grau recursal.
 - (C) desde que requerida por Caio, após o decurso do prazo de 2 anos do trânsito em julgado da sentença, em qualquer grau de jurisdição.
 - (D) independentemente de requerimento de Caio, após decorridos 2 anos do descumprimento da determinação judicial por Ananias, em qualquer grau de jurisdição.
 - (E) desde que requerida por Caio, após o decurso do prazo de 2 anos do início da execução, em qualquer grau de jurisdição.
-
44. A fábrica de chocolates Socacau recebeu reclamação trabalhista ajuizada por Sócrates, a qual foi distribuída no Foro de Salvador, local onde reside o autor. Tendo em vista que a ré pretende o deslocamento do foro para Feira de Santana, com base na Consolidação das Leis do Trabalho deverá arguir a exceção de incompetência territorial,
- (A) em audiência, juntamente com a defesa, como preliminar, sinalizando a existência desta exceção.
 - (B) no prazo de dez dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.
 - (C) no prazo de até cinco dias que antecede a audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.
 - (D) em audiência, em peça apartada da defesa, que sinalize a existência desta exceção.
 - (E) no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.
-
45. Ambrósia está demandando na Justiça do Trabalho em face da Fazenda Pública do Município de Alagoinhas, sendo assistida pelo Sindicato de sua categoria. Nessa hipótese, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, em sendo a autora vencedora, ainda que em parte, são
- (A) indevidos honorários sucumbenciais nas causas em que for parte a Fazenda Pública, pela observância do princípio da execução menos gravosa ao ente público, bem como pelo princípio da estrita legalidade que rege a matéria.
 - (B) devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
 - (C) devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
 - (D) indevidos honorários de sucumbência, na medida em que é incabível quando o réu for a Fazenda Pública, bem como na hipótese de assistência do sindicato da categoria, por ser dever do sindicato a prestação de tal serviço sem onerar o processo.
 - (E) devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 15% (quinze por cento) e o máximo de 30% (trinta por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.



46. Considere:

- I. FUNDAREX é uma fundação pública do Estado da Bahia que explora atividade econômica.
- II. Margarida é empregadora doméstica.
- III. Instituto Geo Limite é uma autarquia municipal de Salvador-BA.
- IV. Nação do Pelô é uma empresa que se encontra em recuperação judicial.

Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, podem ser demandadas pelo Procedimento Sumaríssimo APENAS

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) IV.
- (E) II e IV.

47. Zeus foi testemunha do reclamante em audiência trabalhista, tendo o juiz da causa entendido que o mesmo alterou intencionalmente a verdade dos fatos, omitindo ainda fatos essenciais ao julgamento da causa. Nessa hipótese, com base na Consolidação das Leis do Trabalho, Zeus

- (A) não poderá ser penalizado, eis que a alteração da verdade dos fatos e omissão de fatos essenciais para o julgamento da causa são direcionadas às partes.
- (B) poderá ser multado em no mínimo 0,5% e no máximo em 5% sobre o valor corrigido da causa, por ser testemunha, correspondendo à metade da multa por litigância de má-fé da parte.
- (C) poderá ser multado em no mínimo 1% e no máximo em 10% sobre o valor corrigido da causa, correspondendo à mesma multa por litigância de má-fé da parte.
- (D) não poderá ser penalizado, eis que a responsabilidade por dano processual é restrita às partes litigantes no processo.
- (E) poderá ser multado em no mínimo 0,2% e no máximo 20% sobre metade da multa por litigância de má-fé da parte.

48. Roveni está executando uma sentença que lhe foi favorável na Justiça do Trabalho, em face da sua ex-empregadora, a empresa de Transporte Carga Rápida. Não encontrando bens da empresa para fazer frente à execução, o autor instaura Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, o qual é julgado procedente. A empresa, cientificada da decisão, poderá interpor

- (A) agravo de instrumento, mediante garantia do Juízo, prosseguindo a execução normalmente.
- (B) agravo de petição, mediante garantia do juízo, prosseguindo a execução normalmente.
- (C) recurso ordinário, independente de garantia do Juízo, havendo a suspensão da execução após a instauração do incidente.
- (D) agravo de petição, independente de garantia do juízo, havendo a suspensão da execução após a instauração do incidente.
- (E) recurso ordinário, mediante garantia do Juízo, havendo a suspensão da execução após a instauração do incidente.

49. Efésio e o seu ex-empregador, o Restaurante Prazeres do Mar, pretendem homologar em Juízo um acordo extrajudicial para transacionarem verbas decorrentes do extinto contrato de trabalho. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, a petição de homologação de acordo perante a Justiça do Trabalho

- (A) não poderá ser assinada por advogado comum às partes, havendo a suspensão do prazo prescricional quanto aos direitos nela especificados.
- (B) não poderá ser assinada por advogado comum às partes, havendo a interrupção do prazo prescricional quanto aos direitos nela especificados.
- (C) não poderá ser assinada por advogado comum às partes, devendo o autor se valer obrigatoriamente de advogado do seu sindicato, havendo a suspensão do prazo prescricional quanto aos direitos nela especificados.
- (D) poderá ser assinada por advogado comum às partes, havendo a interrupção do prazo prescricional quanto aos direitos nela especificados.
- (E) poderá ser assinada por advogado comum às partes, havendo a interrupção do prazo prescricional quanto à ação, para todos os pedidos, inclusive os não previstos no acordo.

50. No processo de execução no Processo do Trabalho, após a elaboração da conta de liquidação, é I do juízo abrir às partes prazo II de III dias para impugnação fundamentada.

Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, as lacunas I, II e III se preenchem correta e respectivamente com

- (A) dever – comum – 5
- (B) faculdade – comum – 10
- (C) dever – comum – 8
- (D) dever – sucessivo – 8
- (E) faculdade – sucessivo – 10

**Direito Civil**

51. As pessoas jurídicas de direito privado, elencadas no Código Civil, sem prejuízo de previsão em legislação especial e em seus atos constitutivos devidamente registrados, poderão
- (A) anular, em até seis meses, as decisões tomadas pela maioria de votos dos presentes, ainda que o ato constitutivo dispuser de modo contrário.
 - (B) realizar suas assembleias gerais por meios eletrônicos, inclusive para os fins de destituir os administradores e alterar o estatuto, respeitados os direitos previstos de participação e manifestação.
 - (C) ter sua existência legal reconhecida após a lavratura e aprovação de seu ato constitutivo em assembleia.
 - (D) anular a sua constituição, a qualquer tempo, desde que constatado defeito no ato constitutivo.
 - (E) realizar suas assembleias gerais para nomear administrador provisório, caso a administração venha a faltar.
-
52. O tema da reparação civil é tratado em vários dispositivos do Código Civil, sendo que, especificamente nos termos do artigo 932 do mencionado diploma legal, são também responsáveis pela reparação civil:
- I. O empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
 - II. Os pais pelos filhos, ainda que não residam no mesmo local ou não estiverem sob sua guarda e autoridade.
 - III. Os empresários, apenas se demonstrada a culpa pelos danos causados no exercício da atividade empresarial.
 - IV. O tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e IV.
-
53. Ao tratar do tema da propriedade em geral, o Código Civil traz algumas diretrizes norteadoras em relação a seu exercício, estabelecendo, entre outras coisas, que o mencionado direito deve ser exercido em consonância com
- (A) o entendimento de que a propriedade sempre será plena e exclusiva, não se admitindo prova em contrário.
 - (B) o atingimento da utilidade que lhe queria dar o proprietário, ainda que em prejuízo de outrem.
 - (C) o princípio da supremacia dos interesses do proprietário.
 - (D) as suas finalidades econômicas e sociais.
 - (E) os interesses do proprietário, ainda que em descompasso com legislação ambiental.
-
54. Em se tratando de sucessão e da legitimação para suceder, seguindo o que estabelece o Código Civil sobre o tema, é correto afirmar que são elas reguladas
- (A) pelo lugar do último domicílio do falecido.
 - (B) pelo testamento público devidamente registrado.
 - (C) pelo dia da morte do titular dos bens que compõem a herança.
 - (D) pela lei vigente ao tempo da abertura da sucessão.
 - (E) pelo pacto antenupcial e a ordem de nascimento dos filhos.
-
55. Aqueles que pretendem se casar precisam atender vários requisitos legalmente estabelecidos; por outro lado, também é a lei que define quais hipóteses em que pessoas não podem casar. Apresenta hipóteses de impedimento legal:
- (A) O divorciado, enquanto não decidida a questão da partilha dos bens do casal.
 - (B) O adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
 - (C) O cônjuge com o acusado pela prática de crime contra seu consorte.
 - (D) Os incapazes de consentir ou de manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
 - (E) O viúvo ou a viúva, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.

**Direito Processual Civil**

56. O juiz da Vara Cível de determinada Comarca, não investido na jurisdição trabalhista, declarou-se materialmente incompetente para o julgamento de uma causa e determinou a remessa dos autos para a Justiça do Trabalho. O processo foi, então, distribuído para a Vara do Trabalho da mesma Comarca, que, por sua vez, suscitou conflito de competência. O órgão competente para resolver o referido conflito é o
- (A) Tribunal Regional do Trabalho da região onde os juízos estão localizados.
 - (B) Tribunal de Justiça do Estado onde os juízos estão localizados.
 - (C) Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Supremo Tribunal Federal.
-
57. À luz do ordenamento jurídico, bem como do entendimento dos tribunais superiores sobre o reexame necessário,
- (A) ainda que fundada em súmula de tribunal superior, a sentença proferida contra autarquia municipal estará sujeita ao duplo grau de jurisdição.
 - (B) a sentença que julgar improcedentes os embargos à execução fiscal está sujeita ao duplo grau obrigatório.
 - (C) não se aplica a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição na sentença proferida contra a União quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a mil salários mínimos.
 - (D) a sentença proferida contra fundação pública estadual, ainda que fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, está sujeita ao duplo grau obrigatório.
 - (E) não se aplica o princípio da proibição da *reformatio in pejus*, sendo possível que o tribunal agrave a condenação imposta à Fazenda Pública ainda que não haja interposição de recurso pelo particular.
-
58. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil, o Ministério Público:
- (A) intervindo como fiscal da ordem jurídica, terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado dos atos com conteúdo decisório do processo.
 - (B) intervindo como fiscal da ordem jurídica, poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.
 - (C) tem a faculdade de intervir nas causas em que há interesses de incapazes.
 - (D) gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir da publicação no diário oficial.
 - (E) incumbirá defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos.
-
59. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil sobre a ação rescisória,
- (A) o Ministério Público não tem legitimidade para propor a ação rescisória.
 - (B) a propositura da ação rescisória impede o cumprimento da decisão rescindenda, ainda que não haja pedido expresso de concessão de tutela provisória.
 - (C) o relator da ação ordenará a citação do réu, designando-lhe prazo nunca inferior a 15 dias nem superior a 30 dias para, querendo, apresentar resposta.
 - (D) reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, esta será, de plano, arquivada.
 - (E) deve o autor, no momento da propositura da ação rescisória, depositar a importância de dez por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
-
60. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil sobre o processo de execução,
- (A) nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao credor, esse será citado para exercer a opção e realizar a prestação dentro de 10 dias, se outro prazo não lhe foi determinado em lei ou em contrato.
 - (B) verificando que a petição inicial da execução está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 5 dias, sob pena de indeferimento.
 - (C) a nulidade da execução somente será pronunciada pelo juiz, a requerimento da parte, mediante a apresentação de embargos à execução.
 - (D) quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo mais gravoso para o executado.
 - (E) ao propor a execução, incumbe ao exequente indicar a espécie de execução de sua preferência, quando por mais de um modo puder ser realizada.



Prova Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.3 a 10.8 deste Capítulo. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, no Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; g) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

I

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar.

(ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 4)

II

O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade. Finalmente, chega a Isidora, cidade onde os palácios têm escadas em caracol incrustadas de caracóis marinhos, onde se fabricam à perfeição binóculos e violinos [...]. Ele pensava em todas essas coisas quando desejava uma cidade. Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos.

(CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Biblioteca Folha de São Paulo, 1972, p. 6)

III

O conceito de “vida entre edifícios” inclui um grande número de atividades que as pessoas realizam ao usar o espaço público: deslocamentos de um lugar para outro, caminhadas, paradas curtas, longas, olhar vitrines, conversas e encontros, exercícios, danças, atividades recreativas, trocas e comércio, jogos, shows de rua e até mendigos. [...] Todos os acontecimentos da vida ocorrem enquanto circulamos entre nossos semelhantes. A vida, em toda a sua diversidade e esplendor, aparece diante de nós quando estamos a pé. Em cidades vitais, sustentáveis, saudáveis e seguras, o pré-requisito para o desenvolvimento da vida urbana é que haja oportunidades para caminhar. Tomando uma perspectiva mais ampla, no entanto, fica claro que uma série de oportunidades socialmente valiosas e recreativas surgem quando são cultivadas e quando a caminhada é incentivada. [...] Nas cidades, caminhar é muito mais do que apenas passear! Há contato entre as pessoas e a comunidade, os prazeres livres da vida e as várias experiências sensoriais são usufruídas. Em sua essência, caminhar é uma forma especial de comunhão entre pessoas que compartilham o espaço público, como um lugar de circulação [...].

(Adaptado de: GEHL, Jan. **Ciudades para la gente**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2014, p. 19)

Com base em I, II e III, elabore um texto **dissertativo-argumentativo** acerca do seguinte tema:

Direito à cidade como condição de bem-estar social



Prova Discursiva-Redação

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO